



Desigualdade Social, Política Social na sociedade capitalista

Social Inequality, Social Policy in Capitalist Society

Desigualdad Social, Política Social en la sociedad capitalista

*Arnaldo Sucuma. Assistente Social. UNIFIP. arnaldoarsu@gmail.com.
<https://orcid.org/0000-0001-8790-8369>*

Camilla Vitória Batista dos Santos. Estudante de Direito. UNIFIP. camillasantos@dir.fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0009-0008-4285-5177>.

Eduarda Basílio da Silva. Estudante de Direito. UNIFIP. eduardasilva1@dir.fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0009-0004-1766-0790>

*Fabício Ryan Dantas Maia. Estudante de Direito. UNIFIP. fabriciomaia@dir.fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0009-0000-6621-0017>.
Mabelli de Sousa Almeida. Estudante de Direito. UNIFIP. mabelliliss@gmail.com.
<https://orcid.org/0009-0005-9259-679X>.*

Maria Helena Souza Cavalcante Xavier. Estudante de Direito. UNIFIP. mariaxavier1@dir.fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0009-0005-9259-679X>

Autor correspondente: Arnaldo Sucuma - arnaldosucuma@fiponline.edu.br

DOI: 10.61223/coopex.v16i02.6345

Submetido: 23/05/2025

Aprovado: 06/06/2025

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise sobre desigualdade Social, Política Social na sociedade capitalista. O assunto está inserido no debate envolvendo direitos humanos, desigualdade social, econômica, bem como impacto do neocolonialismo no processo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. O trabalho é fruto do projeto de extensão implementado no estado da Paraíba, concretamente no sertão do estado. Atualmente, direitos humanos constitui um valor universal, resultado de uma construção coletiva em defesa da dignidade humana e qualidade de vida em diferentes esferas, perpassando por assuntos transversais como acesso à educação, saúde, combate ao racismo e outros. A desigualdade social e econômica constitui um dos aspectos da violação dos direitos humanos na sociedade contemporânea, além de diversas formas de violências, tais como a violência contra mulher, violência escolar etc. O enfrentamento do problema da desigualdade social e econômica passa necessariamente pela implementação de políticas sociais públicas eficientes por parte dos governos, nas esferas federal, estadual e municipal. A exploração econômica neocolonial liderada pelos países ocidentais e do capitalismo avançado nos países da África e da América latina tem contribuído em partes para prevalência da pobreza e desigualdade social e econômica nas duas regiões supracitadas. A promoção da educação em direitos humanos, a viabilização de acesso à educação de qualidade, combate ao racismo, a criação de oportunidades de emprego e renda são caminhos importantes para combate a violação dos direitos humanos e desigualdade social e econômica. O artigo tem como objetivo analisar o contexto da desigualdade social, econômica e os impactos das políticas sociais públicas em prol de combate à pobreza e inclusão social. Em termos metodológicos, o artigo foi construído com base no método qualitativo, em que a coleta de dados foi feita mediante análise documental, bibliográfica e experiências vivenciadas durante a sua execução. A reflexão sobre direitos humanos, desigualdade social, econômica, pobreza e inclusão social constitui uma questão central de atualidade na sociedade contemporânea, considerando a relevância desses assuntos.

Palavras-chave: Direitos humanos, educação, política pública, pobreza.

Abstract

This article discusses and analyses social inequality and social policy in capitalist society. The subject is part of a debate involving human rights, social and economic inequality, as well as the impact of neocolonialism on the development issues in developing countries. The research is the result of an extension project implemented in the countryside of the state of Paraíba. Human rights is today a universal value, result of a collective construction on the defense of human dignity and better life in different matters, including access to education, health, struggles against racism and others. Social and economic inequality is one of the key issues of human rights violations in contemporary society, in addition to plenty other kinds of social violence, such as school violence and violence against women. The confrontation of social and economic inequality involves necessarily the implementation of efficient social policies by governments at the federal, state, and municipal levels. Neocolonial economic exploitation led by Western countries and advanced capitalism in African and Latin American countries has hugely contributed to the prevalence of poverty and social and economic inequality in both aforementioned regions. The promotion of education in human rights, access to a descent education, job opportunities are meaningful ways to

fight against human rights violations, social and economic inequality in contemporary society. This article aims to analyze the context of social and economic inequality and the impacts of public policies in favor of poverty eradication and social inclusion. Methodologically, this research uses qualitative method, in which data collection was carried out through documentary and bibliographic analysis as well as by fieldwork experiences acquired during its execution. Of huge relevance and importance, reflection on human rights, social and economic inequality, poverty, and social inclusion are central issue of current affairs in contemporary society.

Keywords: Human Rights, Education, Poverty, Water insecurity.

Resumen

El presente artículo presenta un análisis de la desigualdad social y de la política social en la sociedad capitalista. El tema está incluido en el debate que involucra los derechos humanos, la desigualdad social y económica, así como el impacto del neocolonialismo en el proceso del crecimiento de los países en desarrollo. La obra es resultado de un proyecto de extensión implementado en el estado de Paraíba, específicamente en el interior del estado. Actualmente, los derechos humanos constituyen un valor universal, resultado de una construcción colectiva en defensa de la dignidad humana y calidad de vida en diferentes ámbitos, abarcando temas transversales como el acceso a la educación, a la salud, el combate contra el racismo y otros. La desigualdad social y económica constituye uno de los aspectos de la violación de los derechos humanos en la sociedad contemporánea, además de diversas formas de violencias, como la violencia contra la mujer, la violencia escolar, etc. Abordar el problema de la desigualdad social y económica pasa necesariamente por la implementación de políticas sociales públicas eficientes por parte de los gobiernos, en los niveles federal, estatal y municipal. La explotación económica neocolonial liderada por los países occidentales y el capitalismo avanzado en los países africanos y de Latinoamérica ha contribuido en parte a la prevalencia de la pobreza y desigualdad social y económica en las dos regiones mencionadas. Promover la educación en derechos humanos, permitir el acceso a una educación de calidad, combatir el racismo y crear oportunidades de empleo e ingresos son formas importantes de combatir la violación de los derechos humanos y de la desigualdad social y económica. El artículo tiene como objetivo analizar el contexto de la desigualdad social y económica y los impactos de las políticas sociales públicas en favor de la lucha contra la pobreza y la inclusión social. En términos metodológicos, el artículo se construyó con base en el método cualitativo, en el cual la recolección de datos se realizó a través del análisis documental, bibliográfico y experiencias vividas durante su ejecución. La reflexión sobre derechos humanos, la desigualdad social y económica, la pobreza e la inclusión social constituye una cuestión central de actualidad en la sociedad contemporánea, considerando la relevancia de estos temas.

Palabras clave: Derechos humanos, educación, pobreza, Inseguridad Hídrica.

1. Introdução

O artigo ora vem ao público é resultado da execução do projeto de extensão em rede intitulado “Direitos Humanos, Cultura e Impactos sociais, políticos, econômicos do Processo Colonial e Neocolonial no contexto contemporâneo: uma troca de experiências

entre Brasil e Guiné-Bissau”. A execução do projeto conta com a participação das instituições de ensino superior brasileiras tais como Centro Universitário de Patos – UNIFIP, a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Por parte da Guiné-Bissau contou-se com a participação da Universidade Amílcar Cabral (UAC) e a Faculdade de Direito de Bissau.

No contexto do projeto debruçou-se sobre aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do Brasil e Guiné-Bissau.

A vinda dos portugueses em 1500 para o Brasil colocou em confronto duas culturas de diferentes origens. A cultura europeia que tinha em sua base cultural as monarquias, as relações mercantis e o cristianismo. Enquanto que a cultura indígena valoriza a vida comunitária, a relação do homem com a natureza. Posteriormente, foram trazidos também os africanos sob a condição de escravos. Portanto, em relação aos europeus e seus descendentes, um dos propósitos era reproduzir no Brasil seus valores, exploração econômica e a cristandade.

Para Erthal, “sistema colonial português no Brasil assentou-se genericamente na grande propriedade monocultora e exportadora com base na mão-de-obra escrava” (Erthal, 2000, p. 49).

No caso da Guiné-Bissau, a colonização portuguesa foi centrada essencialmente nos interesses econômicos e de exploração da mão-de-obra barata para agregar vantagens econômicas. Para Teixeira “[...] o trabalho obrigatório tornou-se elemento central para subjugar a mão-de-obra local aos interesses do Estado Novo” (Teixeira e Tavares, 2013, p. 872). Neste sentido, o sistema educacional vigente naquele período estava voltado para atender os interesses políticos e econômicos da metrópole. Por isso mesmo, a administração portuguesa implementou um modelo de currículo escolar que permitiria facilitar o processo de controle ideológico, cultural, político e econômico do território. Sucuma (2013) e Gomes (2010) reconhecem que o sistema colonial violava direitos sociais, políticos e econômicos dos guineenses, entre os quais o direito à cidadania plena e ao acesso à educação.

A reflexão sobre a desigualdade social, política social e capitalismo vem sendo pesquisado por diversos autores, entre os quais Marx (1968), Iamamoto e Carvalho (2006), Netto (2006), Martinelli (2007), Behring; Boschetti (2011), Boito Jr (1999), Almeida (2019).

Vale salientar, apesar do projeto ter um caráter internacional, apresenta a ideia de extensão em rede, as bases de sustentação de conteúdo do artigo estão ligados aos

estudos de textos bibliográficos realizados e levantamentos realizados durante as visitas de campo nas comunidades beneficiadas pelo projeto supracitado acima, com a participação de estudantes e docentes vinculados ao projeto que vivem no estado da Paraíba/Brasil.

O debate sobre desigualdade social, econômica e política social tem sido um grande desafio na sociedade contemporânea. A desigualdade social é um problema que ocorre quando existe diferenças em relação as condições de vida de pessoas que vivem na mesma sociedade. As causas das desigualdades podem ser por problema má distribuição de renda, conjugada com a falta de investimento em educação, saúde, previdência social e geração de emprego com qualidade salarial.

As políticas sociais ocupam uma função de grande relevância para o combate pobreza e desigualdade social e econômica. Inclusive, a política social e a construção de padrões de proteção social se configuram como respostas para enfrentar o problema de pobreza e desigualdade social e econômica na sociedade capitalista.

2. Material e métodos

No que se refere ao material e métodos, para construção deste trabalho, foram utilizadas referências e fontes documentais para compreender o arcabouço teórico que envolve a temática, visto que as informações, em grande parte, não podem ser quantificadas, só podem ser entendidas utilizando-se da ferramenta metodológica qualitativa. De acordo com Flick, “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p. 20). Neste contexto, este artigo é fruto de um trabalho vinculado ao projeto de extensão na qual trabalhou-se com informações técnicas, políticas, culturais e teóricas de natureza qualitativa, em que a coleta/tratamento de informações foi realizada mediante a estudos de livros e artigos científicos, documentos, assim como houve visita aos espaços comunitários que se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica cuja realidade expressam insuficiência de políticas sociais públicas, violações dos direitos humanos e que sofrem com consequências diretas e indiretas do processo colonial e neocolonial. Trabalhou-se também com as fontes primárias e secundárias em termos bibliográficos (Eco, 1984, p. 65). Houve encontros de estudos que ajudaram a compreender melhor as mazelas sociais que as comunidades enfrentam. Ao longo do contato com as comunidades e escolas obtivemos diversas informações

que nos motivou a desenvolver algumas oficinas e palestras.

Durante a implementação do projeto, construiu-se espaços de estudos de textos que discutem sobre direitos humanos, desigualdade social e econômica, assim como do colonialismo e neocolonialismo. Não obstante, para construção deste artigo, precisou-se realizar algumas visitas e atividades junto as comunidades, escolas e organizações da sociedade civil no sertão da Paraíba. As atividades desenvolvidas permitiram obter informações que ajudaram estruturar ideias para construção deste texto.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira parte, o debate envolve aspectos sobre o material e métodos aplicados no trabalho. Neste sentido, trabalhou-se com método qualitativo, utilizando-se de fontes primárias e secundárias em termos bibliográficos. A segunda parte trouxe o debate referente a desigualdade social, econômica, defesa dos direitos humanos, pobreza e educação. O texto apresenta também os principais resultados alcançados pelo projeto junto as comunidades em que a proposta foi implementada na Paraíba.

3. Resultados e discussões

3.1. A gênese da desigualdade social, política social e o sistema capitalista

Discutir a desigualdade social implica em falar da acumulação capitalista e refletir sobre o início do capitalismo e toda a contradição gerada sob esse modo de produção. Se não conhecermos o desenvolvimento do sistema capitalista, será impossível compreender as desigualdades geradas pelo próprio capitalismo. A não compreensão do capital torna impossível qualquer análise sobre a conjuntura atual. O capitalismo se construiu dentro de uma conjuntura internacional e nacional, como foi gestado no Brasil atual, enquanto estado nacional. Neste sentido, é necessária uma reflexão crítica sobre o tema, considerando que o modo de produção capitalista gera desigualdades regionais e sociais, criando assim cenário de disputa de interesses antagônicos, contraditórios e conflitos entre os grupos e classes sociais.

O sistema capitalista nasceu por causa de grandes transformações ocorridas na sociedade, no entanto, compreender o capitalismo, é necessário inicialmente analisarmos historicamente o surgimento do capitalismo. O capital segue com a lógica de acumular, concentrar e centralizar, realizar e reproduzir o capital, fato que levou o

capital aperfeiçoar as condições gerais de sua expansão, concentrar seus meios de produção, desenvolver tecnologia e impulsionar a visão do mercantilismo, este último fato foi fundamental para o declínio do feudalismo, que vinha sofrendo com dificuldades de manutenção. De acordo com Martinelli:

Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, sobretudo a partir da primeira metade do século XV, as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial, as trocas se tornam cada vez mais complexas, pois passam a ter como objetivo a acumulação da riqueza e o lucro (Martinelli, 2007 p. 31).

A acumulação da riqueza pelo capital passa necessariamente pela exploração da força de trabalho da classe operária dentro da sociabilidade capitalista, sociabilidade esta que é responsável pelo desmonte dos estados nacionais, retirando suas capacidades de investir no desenvolvimento social, político e econômico da sociedade, especialmente para a população mais vulnerável do ponto de vista econômico, esta vulnerabilidade se expressa na pobreza e desigualdade social.

O trabalho sempre ocupa uma função central na vida do ser humano e no processo de acumulação capitalista. Neste sentido, por intermédio do trabalho, o homem se relaciona com a natureza, age sobre ela, transformando e recriando-a, também se transforma mutuamente. Portanto, em relação a categoria trabalho, Marx afirma que a mesma

[...] Se configura como uma atividade humana que apresenta uma finalidade própria, tendo em vista que por sua capacidade intelectual o homem projeta mentalmente o produto de seu trabalho, mediante sua demanda, antes de realizá-lo. Diante desses elementos, podemos situar trabalho como processo de criação humana (Max, 1968, p.102).

De acordo com Netto, na história da humanidade nem sempre o trabalho humano se converteu em processo livre e criativo do homem, principalmente com a chegada da Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo no cenário mundial (Netto, 2006).

No Brasil, a pobreza e a extrema pobreza têm efeitos negativos que afeta a dignidade das pessoas e, no caso de crianças e adolescentes, trazem consequências que são irreparáveis, fato que compromete o seu desenvolvimento, abrindo assim uma condição de vulnerabilidade para crianças e adolescentes. Ao levar essas crianças ao ambiente de privação, penúria e violência não conseguem crescer, estudar e trabalhar. Esta situação impede que esses sujeitos se tornem adultos independentes e autônomos,

permanecendo assim num ciclo de pobreza. Este grupo acaba sendo enquadrado no grupo de trabalhadores mais vulneráveis exploração capitalista.

Neste sentido, essas desigualdades sociais e econômicas existem em decorrência de um processo colonial exploratório, agora se intensificam com ações da ofensiva do neoliberalismo instrumentalizado pelo neocolonialismo.

De acordo com Ibge, a pobreza no país em 2021 alcançou 62,5 milhões de brasileiros, o equivalente 29,4% da população, enquanto 17,9 milhões de brasileiros se encontravam na extrema pobreza (Ibge, 2021).

No contexto étnico racial, é perceptível o problema de desigualdade segundo Ibge (2021), “A proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%). O percentual de jovens de 15 a 29 anos pobres (33,2%) é o triplo dos idosos (10,4%)” (Ibge, 2021, p. 3).

Segundo Marx o proletário é aquele homem que trabalha em troca de seu salário. A burguesia é aquele grupo que tem os meios necessários para a compra dessa mão de obra trabalhadora e detêm os meios de produção como as indústrias, os comércios, os bancos (MARX, 2013).

Para Iamamoto, o trabalhador em troca de sua mercadoria, recebe salário como uma parte do produto em que se traduz parcela de seu trabalho, portanto, o trabalho necessário para a sua conservação e reprodução. Neste sentido, a princípio, o salário se apresenta como preço do trabalho, é o preço da força de trabalho (Iamamoto e Carvalho, 2006).

Dentro deste contexto de exploração da força de trabalho ao extremo, que se observou na Europa ao longo do período da revolução industrial nos séculos VIII e XIX, constatou-se alto grau de pauperização e miserabilidade generalizada da classe trabalhadora, que resultou no chamado “questão social”. No final do século XIX, já existia um movimento de revolta dos trabalhadores em função das péssimas condições de vida que levavam nas fábricas.

De acordo com Iamamoto e Carvalho, “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto e Carvalho, 2006, p. 77).

No caso do Brasil, a luta da classe trabalhadora apresenta seu marco essencial na colonização e na escravidão, este contexto é muito comum também em outras sociedades capitalistas dependentes, com uma estrutura de desigualdade social e racial. O processo da precarização do trabalho nestes espaços é a expressão da radicalidade das contradições ligadas à dinâmica do capital, na qual o racismo, xenofobia, homofobia encontram um espaço fértil, consideradas as desigualdades fundamentais da sociedade brasileira, apresentando um caráter estrutural, com um potencial determinante nas relações sociais de forma geral.

Neste embate entre o capital e trabalho, tanto o estado burguês quanto ao empresariado chegou em consenso que era necessário criar uma política pública para atender as demandas da classe trabalhadora. É nesta base que nasceu a política social.

A política social nasceu dentro de um contexto de embate entre o capital e trabalho, sob grande hegemonia do sistema capitalista, que enfrenta muita contestação dos marxistas.

A política social é fruto da sociedade burguesa e não possui vínculo com a emancipação humana. Por isso, direitos e políticas sócias se encontram num campo de muitas contradições (Behring, 2011).

Segundo Behring; Boschetti, “O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composição de forças no âmbito do Estado” (Behring; Boschetti, 2011, p.64).

Observando a Constituição Federal Brasileira (1988), os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política, sendo a mesma de responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993, atribui um caráter de maturidade legal aos serviços socioassistenciais, tendo como instância de coordenação o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essa lei instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) enquanto instância máxima de deliberação, como assinala Vieira (2017).

A mesma é construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais (MDS/PNAS, 2004),

e tem como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fica instituído, também na LOAS em seus artigos 4º e 5º, enquanto modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Tal direito que existia na constituição cidadã é ratificado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que assistem e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, a política social tem servido para minimizar as mazelas das expressões da questão social, no entanto, jamais acabará com a questão, visto é um fenômeno que dá a sustentação do próprio sistema capitalista. Segundo Iamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Iamamoto e Carvalho, 1983, p.77).

Por isso, o cenário das políticas sociais no estágio atual vem sendo marcado pela financeirização das políticas sociais, bem como pelas contrarreformas burguesas contra política social e de controle social. Esta situação começou a ser observada como o fim de keynesianismo e welfare state, conhecido como período de Estado de Bem-Estar Social. Neste período, as políticas sociais ganharam uma expressão máxima, acompanhado de direitos trabalhistas e pelo emprego. No entanto, nos finais dos anos de 1970 iniciou-se o desmonte das políticas sociais.

3.2. A crise estrutural do capital: a restauração capitalista, direitos sociais da classe trabalhadora e experiências da extensão.

Observando atual conjuntura do capitalismo, que está dominado pelo capital financeiro e especulativo, a financeirização do capital se expandiu e se apresenta como grande monopólio do processo produtivo e do mercado financeiro. Segundo Iamamoto:

O capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos (Iamamoto, p. 101, 2007).

A interpretação de Iamamoto traz uma preocupação no que se refere às consequências desse domínio da oligarquia financeira na sociedade contemporânea, ligada ao sistema econômico internacional. Vale salientar que a economia está organizada em duas componentes: a parte Produtiva ou Real e a parte Financeira ou Monetária da Economia. Estes dois aspectos interferem diretamente do processo de trabalho, sobretudo com a ofensiva neoliberal.

O neoliberalismo atingiu a sociedade mundial de forma perversa com suas reformas institucionais, destruindo estruturas institucionais existentes, assim como a força de trabalho, as relações sociais e políticas. Uma das influências do neoliberalismo pode ser observada no uso da dívida pública, que ocupa uma função importante na sociedade capitalista. Hoje, a dívida pública sustenta as sociedades anônimas e grandes empresas, deixando assim de cumprir a sua principal missão de financiar políticas sociais públicas. É necessário ressaltar também que o processo de trabalho constitui um intercâmbio orgânico entre o homem com a natureza.

No Brasil, o neoliberalismo exerce grande influência, especialmente pressionando o país a colocasse em prática a política de ajustes fiscais macroeconômicos construídos a partir da perspectiva de estabilização monetária. Essa ofensiva neoliberal motivou reforma do estado que resultou em mudanças ocorridas na concepção da política social, que passou a sofrer redução de recursos financeiros.

Portanto, a ideologia neoliberal tem como a linha da defesa do liberalismo econômico, comércio livre, defesa do mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, contestando a intervenção do estado na economia. Segundo Boito Jr:

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (Boito Jr, 1999, p. 45).

O neoliberalismo afetou o mundo de forma nociva com suas reformas institucionais, destruindo estruturas institucionais existentes, assim como a força de trabalho, as relações sociais e políticas.

Inclusive, uma das influências do neoliberalismo pode ser observada no uso da dívida pública, que tem grande relevância na sociedade capitalista. Há uma percepção de que a dívida pública sustenta as sociedades anônimas e grandes empresas, deixando assim de cumprir a sua principal missão de financiar políticas públicas.

Para Anderson, o neoliberalismo foi criado na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) depois da II Guerra Mundial onde o capitalismo tem grande influência.

Constitui uma ideologia que nasceu para criar pressão contra o Estado intervencionista e de bem-estar-estar social (Anderson, 1995).

Nos últimos anos, é possível observar uma onda de fragilização nas relações de trabalho, fato que facilitou aumento das terceirizações e parcerias público/privado, permitindo assim a redução do Estado e a racionalização dos investimentos com as políticas sociais, que interfere diretamente na atuação do trabalho profissional em qualquer área.

Neste sentido, a terceirização e a precarização de trabalho contribuem para o agravamento da desigualdade social, econômica, pobreza, precarização de salários, visto que os postos de emprego são frágeis e gera rotatividade nas demissões dos funcionários, seja nas instituições privadas como as públicas para os trabalhadores contratados.

Portanto o desemprego, desmonte dos direitos trabalhistas e do sistema de seguridade social têm gerado consequências graves, que resultaram no aumento da pobreza, miséria e desigualdade social e econômica no Brasil. Inclusive, segundo IBGE, o Brasil tem atualmente 13,5 milhões de pessoas vivendo na miséria (Ibge, 2019).

Neste sentido, cabe salientar que a maioria desta população apontada pelo IBGE, que vive em situação da desigualdade social e pobreza é formada pela população negra, com forte impacto nas mulheres negras. Portanto, a condição desumana da população supracitada afeta a cidadania desse grupo populacional e chama atenção para o debate sobre as Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos e gênero.

Discutir gênero e raça implica em falar em estrutura de poder instalada pelo sistema capitalista. Isso mexe com interesses econômicos, políticos e de privilégios. O capitalismo é um modo de produção perverso de ponto de vista econômico, político e social, que alimenta o sistema de privilégios da burguesia. O capitalismo é responsável pelo surgimento de pautas indenitárias, considerando que é um sistema que contribuiu para estruturar e incentivar o racismo contra negro, a violência contra mulher e entre outros. Por isso, mesmo que o debate sobre as pautas indenitárias ganhou força nos debates contemporâneos no mundo, especialmente no Brasil. Parte de intelectuais é contra este debate por questões de matrizes conceituais. Outros por desconhecimento do assunto ou por falta de familiaridade com o assunto. Cabe salientar que é um debate que afeta privilégios de uma parcela branca na sociedade brasileira.

Não obstante, é necessário compreender que as pautas que envolvem gênero e raça estão ligadas às agendas de reivindicações de grupos que reivindicam a opressão cometidas contra esses grupos dentro do modo de produção capitalista. Por isso mesmo

que, não existe a possibilidade de discutir a questão de raça/etnia sem falar das relações de classe. A compreensão do debate sobre as relações raciais e de gênero está na compreensão das relações de classe trabalhadas exaustivamente pelo Karl Marx na sua obra *O capital*.

Não há dúvida que a população negra vem sofrendo há séculos até hoje opressão do Estado através da repressão policial, exclusão social, educacional e da própria sociedade forjada num contexto que ajuda promover racismo, racismo institucional e estrutural. Segundo Almeida:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 32).

Na mesma linha do raciocínio o Almeida procura trazer uma análise sobre a forma que o racismo institucional e estrutural no Brasil.

Na concepção de racismo institucional, observa-se um aprofundamento conceitual em relação à concepção individualista. O racismo institucional está por dentro da organização das instituições políticas e econômicas da sociedade, as mesmas que definem os grupos que se revezam no poder. É assim que as instituições públicas – o poder judiciário, o ministério público etc. – são espaços em que elementos do patriarcado elitista e branco historicamente impõem ao conjunto da sociedade sua hegemonia e seus interesses, dificultando a ascensão de negros e/ou mulheres (Almeida, 2019, p. 50).

No caso de mulheres negras, a situação de discriminação é ainda maior em diversos espaços da sociedade, especialmente no mercado de trabalho e no acesso a educação.

A evasão escolar é um dos aspectos que afeta muito as mulheres, perdurando um ciclo de desigualdade social, econômica e educacional. Consequentemente, as oportunidades dentro do mercado de trabalho são baixíssimas, com a dificuldade no acesso ao ensino superior a vulnerabilidade social aumenta, visto que, muitas se sujeitam a trabalhos exaustivos e abusivos.

De acordo com o panorama apresentado pelo Ministério de Igualdade Racial sobre mulheres negras, 14,7% de mulheres negras têm ensino superior completo. Uma

mulher preta recebe em média 45% de salário de homem branco. 47,8% de mulheres pretas não estão inseridos no mundo de trabalho. (Ministério da igualdade racial, Apud ICL Notícias, 2025).

O contexto apresentado pelo Ministério de Igualdade Racial revela o contexto do racismo estrutural. Para Almeida, a concepção de racismo é aquela que o define como decorrente da própria estrutura social. Ou seja, comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2019, p. 50).

Neste sentido, em se tratando de um contexto do racismo de branco sobre os negros, compreende-se o racismo como um sistema econômico e político de poder, em que um grupo étnico sobre outro. Neste caso, trata-se de um sistema estruturado e construído para que o grupo étnico branco exerça diversos tipos de poder sobre o grupo étnico negro.

Refletir sobre as relações raciais a partir do âmbito da educação é uma condição necessária para se combater pobreza e o racismo estrutural no Brasil.

Segundo censo de educação do ibge realizado entre 2000 a 2022, pretos e pardos, que formam mais da metade da população brasileira seguem com a presença bem menos entre os diplomados do que os brancos. Pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior: 6,8% para 18,4%. Mas, os dados mostram ainda um país desigual apesar dos avanços. Conquistar um diploma de curso superior no Brasil pode ser mais fácil ou difícil a depender da etnia e da cor da pele. Pessoas pretas com curso superior com 25 anos ou mais (em 2000): 2,1% para 11,7% agora. Pessoas pardas com curso superior com 25 anos ou mais (em 2000): 2,4% para 12,3% agora. Pessoas brancas com curso superior com 25 anos ou mais (em 2000): 9,9% para 25,8% agora (Ibge, 2025).

Os dados acima ajudam evidenciar a condição de desigualdade social, educacional e econômica da população negra no Brasil. A grande parte desta população são provenientes das periferias das cidades brasileiras, conhecidas pela sociedade brasileira de “Favela”. Essas comunidades carecem das políticas sociais em diferentes setores, entre as quais entra a educação, que ocupa uma função fundamental na transformação da vida social, política e econômica de pessoas que vivem nessas comunidades.

De acordo com Yannoulas:

Para além do direito constitucional, o direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, os cidadãos e cidadãs tornam-se capazes de se apossar de padrões cognitivos e formativos, pelos quais têm maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Acompanhando esse raciocínio, o domínio de conhecimentos possibilita o processo de autoconstrução, construção de novos saberes e a participação cidadã e crítica na sociedade. Daí, a importância outorgada à educação como via para a transformação da sociedade e emancipação humana pelos movimentos populares e de trabalhadores/as (Yannoulas et al, 2021, p.209).

Neste sentido, a educação emancipadora para classe trabalhadora constitui uma chave importante para combater pobreza e desigualdade social. Mas precisa ser uma política que deve ser implantada com qualidade desde a primeira infância nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No quadro desta reflexão, coloca-se a necessidade de falar sobre o contato que foi embelecido com a comunidade quilombola Serra do Talhado. Ao longo desse processo, observou-se que na Comunidade Quilombola Serra do Talhado Rural abriga, atualmente, cerca de vinte famílias, número bastante inferior ao registrado em anos anteriores, quando aproximadamente cinquenta famílias compunham o território. Essa significativa redução revela os efeitos de um processo histórico e político de abandono e negligência estatal de ponto de vista da oferta de políticas sociais públicas.

A precariedade no acesso à infraestrutura básica, principalmente os serviços de saúde e segurança pública, apresenta uma condição de desamparo e insegurança. As visitas de profissionais de saúde são esporádicas e, em situações emergenciais, tanto o atendimento policial quanto o socorro médico são marcados por demoras incompatíveis com a urgência exigida, colocando em risco a vida e a integridade dos moradores.

A atividade agrícola, que era principal atividade econômica de subsistência para comunidade, encontra-se praticamente extinta por problemas de acesso a água e outros, restando aos moradores a dependência quase integral de benefícios previdenciários e assistenciais. Apesar de todos os residentes serem alfabetizados, a ausência de uma unidade escolar na própria comunidade força crianças e adolescentes a se deslocarem para zona urbana de Santa Luzia, contribuindo assim para impondo barreiras adicionais ao direito fundamental à educação.

Em relação ao abastecimento de água, que é um direito humano básico, ocorre

de forma irregular, através de um pouco de água salobra e de cisternas cuja distribuição, prometida por uma empresa de energia eólica atuante na região, ainda não foi plenamente concretizada. Diante da ausência de oportunidades de trabalho, o êxodo de famílias é cada vez mais comum, comprometendo a continuidade e preservação da própria memória e identidade quilombola. Segundo Nascimento:

Por tudo isto o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural (Nascimento, 1985, p. 125).

A empresa eólica que atua na região realiza palestras e atividades educativas pontuais, além de prometer melhorias estruturais, como a revitalização do posto de saúde e a instalação de cisternas de água. Não obstante, a grande parte dessas promessas permanece no campo da expectativa, sem a materialização concreta de mudanças efetivas que alterem a realidade de vulnerabilidade da comunidade.

No que se refere a realidade da comunidade quilombola da Pitombeira, constatou-se que tem uma escola de ensino fundamental. Porém enfrenta problemas de escassez de água. A prefeitura oferece abastecimento de água por meio de caminhões-pipa, porém de forma esporádica. A própria comunidade se junta também para custear a compra de água através de caminhões-pipa.

Enquanto que na Comunidade de Campo Cumprido, localizada na zona rural da cidade Patos, identificou-se que existe uma Escola Municipal de Ensino Fundamental denominada de Nina Nóbrega, inaugurada em 2022, representou um pequeno avanço, ao reduzir a necessidade de deslocamento de crianças para localidades vizinhas em busca de educação. Contudo, as condições estruturais da escola ainda são precárias, e a oferta do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta obstáculos para sua efetivação por conta da falta de infraestrutura, docentes e outros, limitando assim o acesso à educação para parcelas significativas da população.

O direito à saúde, que é um direito constitucional assegurado, é muito precário ainda na comunidade. Porém, o assentamento conta com a presença de um único médico residente, cuja atuação se limita a visitas semanais. Tal estrutura é incapaz de atender de forma digna e contínua as necessidades de saúde da população local.

Na matéria do abastecimento de água, elemento vital à existência humana,

ocorre exclusivamente por meio de caminhões-pipa, custeados pelos próprios moradores, o que aprofunda a situação de vulnerabilidade social e econômica. A prefeitura também oferece serviço de caminhões-pipa, porém insuficientes e de forma esporádica. A agricultura, prejudicada pela baixa qualidade do solo e pela ausência de incentivos técnicos e financeiros, não garante renda suficiente para assegurar a subsistência da população local.

Considerando o contexto analisado acima, percebe-se que as políticas sociais públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao manejo adequado de recursos naturais ainda são muito precárias e contribui para manutenção da pobreza e desigualdade socioeconômica da comunidade. Em meio a esse contexto de abandono, surgem denúncias de abusos contra crianças e de perseguição a lideranças comunitárias, sem que o Estado adote providências concretas e eficazes para garantir a proteção dessas pessoas e a efetividade dos direitos violados.

No que se refere as escolas visitadas, uma das demandas colocadas é sobre reforço de capacidades técnicas sobre os temas de direitos humanos, meio ambiente, bullying e racismo. Visando à formação de pensamento crítico sobre os temas apresentados proporcionando aos alunos o conhecimento e a compreensão desses assuntos, conseguiu-se não apenas prepará-los para identificar e enfrentar essas questões, mas também capacitá-los a se tornarem agentes ativos de mudança em suas comunidades.

Conseguiu-se também visitar a comunidade sete casas que fica localizada na periferia da cidade de Patos. Uma das demandas está ligada a formação continuada de jovens nas áreas de Educação, informática, música, artes plásticas, prevenção a saúde, racismo, prevenção a violência etc.

3.3. Resultados

No que se refere aos resultados, depois de um período de auscultação, diálogos, estudos de textos, identificação das demandas concretas apresentadas pelas comunidades, partiu-se para uma fase de diagnóstico de alternativas políticas, técnicas viáveis, capazes de ajudar na resolução dos problemas das comunidades parceiras do projeto. Para isso, precisou-se criar as condições políticas e técnicas de construção

coletiva, que culminou com os seguintes resultados:

1. Após diversos contatos com comunidades, observou-se que a equipe de docentes e discentes conseguiu adquirir conhecimentos sobre os valores dessas comunidades, a forma em que a universidade deve relacionar com elas e promover trocas de saberes em prol de ambas as partes.
2. Elaborar um parecer técnico que servirá de base para a indicação de possíveis locais para a implantação de reservatórios de água (cisterna de captação de água para consumo humano, barragem subterrânea, açude) na Comunidade Quilombola da Pitombeira no município de Várzea, no Estado da Paraíba/Brasil. Nesse sentido, após visita à comunidade e escuta aos moradores, foi possível indicar, com auxílio de profissionais técnicos de forma interdisciplinar e integrada, possíveis locais para que sejam implantados tipos de reservatórios, de forma a contribuir para o acesso à água da população local. A comunidade inserida no Semiárido brasileiro, sofre com chuvas escassas e grandes períodos de estiagem. Apresenta cursos d'água intermitentes que desaparecem em épocas de seca. Além disso, a comunidade, atualmente é abastecida com a utilização de carros-pipa, onde estes distribuem a água em poucas cisternas existentes na comunidade. No entanto, até o período da visita técnica, a distribuição de água pelos carros estava suspensa, fato este que agrava a situação da comunidade. Indicou-se assim que, a própria comunidade, com a implantação do reservatório, seja responsável pela gestão desses recursos, distribuindo para todos os moradores da localidade. Inicialmente, a proposta da localização do reservatório, destina-se ao consumo humano, não excluindo a possibilidade de uso para a agricultura familiar e dessedentação animal, desde que gerida de forma organizada e honesta.
3. No mesmo âmbito do estudo do tópico anterior, indicou-se por meio de Parecer Técnico, a revitalização de um reservatório (açude) existente na Comunidade Quilombola de Serra do Talhado, no município de Santa Luzia no Estado da Paraíba/Brasil. Pelo processo de visita técnica e escuta à comunidade, esta apresentou as seguintes problemáticas sobre o reservatório em questão: o reservatório encontra-se assoreado e com baixa capacidade de armazenamento de água; uma vegetação de pequeno porte se desenvolveu pela área provocando a redução do espaço de acúmulo; o elemento de barramento de água existente (barragem de terra) apresenta um vazamento que impossibilita o acúmulo e retenção de água na área. Dessa forma, um processo de revitalização, com movimentação de

terra para desassorear o açude e requalificação do barramento torna-se necessário. Vale salientar que, a comunidade possui uma rede de abastecimento de água implantada. No entanto, para fins de dessedentação animal e agricultura familiar a comunidade não possui água suficiente para este fim. A comunidade está localizada numa região de difícil acesso, e terreno muito acidentado, o que impossibilita implantação de outras formas de captação, sendo viável tecnicamente, a requalificação de um reservatório já existente.

4. Na mesma direção do estudo dos tópicos dois e três, indicou-se por meio de Parecer Técnico, a revitalização de um reservatório (açude) existente na Comunidade Campo Comprido, no município de Patos - Paraíba/Brasil. Pelo processo de visita técnica e escuta à comunidade, esta apresentou as seguintes problemáticas sobre o reservatório em questão: o reservatório encontra-se assoreado e com baixa capacidade de armazenamento de água; uma vegetação de pequeno porte se desenvolveu pela área provocando a redução do espaço de acúmulo; o elemento de barramento de água existente (barragem de terra) apresenta um vazamento que impossibilita o acúmulo e retenção de água na área. Dessa forma, um processo de revitalização, com movimentação de terra para desassorear o açude e requalificação do barramento torna-se necessário. Vale salientar que, a comunidade possui uma rede de abastecimento de água implantada. No entanto, para fins de dessedentação animal e agricultura familiar a comunidade não possui água suficiente para este fim.
5. Promoção de palestras nas escolas municipais e estaduais sobre a prevenção da violência nas escolas, saúde, direitos humanos e cidadania.
6. Firmar parcerias com entidades público/privadas direcionadas a promoção de ações educativas voltadas à saúde, a fim de minimizar as doenças nessas comunidades.
7. Promoção de formação continuada multidisciplinar, na área de interesse da população local, em todas as comunidades atendidas pelo projeto nas áreas de educação, artes plásticas, cidadania, ciências etc.

4. Considerações finais

Levando em consideração as análises apresentadas neste texto sobre política social, desigualdade social e econômica, é possível perceber porque existem grandes desafios colocados no quadro da promoção de políticas públicas em prol da população

mais pobre, na defesa dos direitos humanos, assim como para o combate à desigualdade social e econômica.

As visitas realizadas e as informações colhidas diretamente junto às populações dessas comunidades revelam um cenário de persistente violação de direitos fundamentais, notadamente nos campos da saúde, da educação, do acesso à água potável e da segurança pública. A precarização observada na implementação das políticas públicas efetivas e permanentes resulta na continuidade da exclusão, marginalização e negação de cidadania.

Cumprir a Constituição Federal de 1988, especialmente no seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, elevou esse princípio à condição de vértice orientador de todo o ordenamento jurídico e das políticas públicas.

Existe sim a necessidade dos governos nas suas três esferas (Governos Federal, Estadual e Municipal) se empenhem e assumam o compromisso implementação de política pública de combate à pobreza, com a política econômica eficiente, que permite fazer investimentos no combate à desigualdade social, nas estruturas que permitem defender direitos humanos.

As universidades precisam se aproximar mais das comunidades, escolas e organizações não governamentais no sentido de construir um espaço de reflexão, trocas de saberes e de projetos de desenvolvimento comunitário, com a participação das comunidades. Neste contexto, entendemos a nossa aproximação com as comunidades abriu oportunidade aprendizado para docentes e discentes envolvidos no projeto de extensão que resultou na construção deste artigo.

5. Referências

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOITO JR, A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São

Paulo. Cortez. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições técnicas, 2008.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ERTHAL, R. **A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

FLICK, U. **Método de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, P. G. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)** – Organização do Estado e relações internacionais. Torino: L'Harmattan Itália "Lisitanica", 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma metodologia da interpretação histórico-metodológica**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, R. de; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estudos sobre pobreza no Brasil**. Brasília, 2021. In <https://www.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de educação**. Brasília, 2025. In <https://www.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores do desemprego e desigualdade social**, 2010. In www.ibge.gov.br. Acessado em 26 de dezembro de 2022.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, t I e II; 1970, t. III; 1974, t. IV-VI.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 11ª ed. São Paulo:

Cortez, 2007.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. **Panorama de Mulheres pretas no Brasil.** In Instituto Conhecimento Liberta – ICL – Notícias, 2025 - <https://iclpos.com.br/aovivo>.

NASCIMENTO, M. B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra.** In: Afrodíaspóra: Revista do mundo negro. N° 6-7. Ipeafro, 1985. pp. 41-49.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo.** RFI, 2022. Disponível em: <https://rfi.my/8aJH.W>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Sucuma, A. **Estado e Ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008.** Recife: Ed. da UFPE, 2013.

YANNOULAS, S. C.; SANTOS, C. C. B.; DUARTE, N. de S.; CARRILHO, A. **Política Social, Trabalho, Educação e Discriminação – 15 anos de contribuições ao PPGPS/UnB do Grupo TEDis.** In Estado, política social e direitos / Organizadores Evilasio da Silva Salvador... [et al.]. – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021.